

Numero do processo	Distribuição	Tribunal	Assunto	Quem pode participar	Andamento
2009.34.00.017341-6	25/05/2009	TRF1	Abster-se de descontar nas próximas férias dos filiados a contribuição previdenciária sobre 1/3 de férias.	Todos os filiados fazem parte da ação. Ainda não é preciso encaminhar documentos. No tempo certo o sindicato informará os documentos necessários	Decisão 1ª e 2ª instância procedente. Recursos da União para STJ e STF em 14/03/2013. 15/02/2018 Sobrestado.Aguardando julgamento de recurso representativo da controvérsia no STF
2009.34.00.022435-4	21/07/2009	TRF1	Reajustar a VPNI dos substituídos em decorrência dos percentuais de reajuste das parcelas vencidas e vincendas.	Somente os filiados que recebem VPNI em seus contracheques. Documentação e relação dos autores deverá ser consultada junto ao sindicato	Decisão 1ª instância improcedente. Recurso do sindicato ao TRF, aguardando julgamento em 28/05/2012
0042435-23.2011.4.01.3400	29/07/2011	JFDF Pje	Pagamento do reajuste das parcelas recebidas referente ao reajuste dos 28,86%.	Somente os filiados que receberam os 28,86% parcelado. Documentação e relação dos autores deverá ser consultada junto ao sindicato.	Decisão 1ª instância improcedente.Sindicato recorreu.Concluiu para relatório e voto em 08/07/2013. Processo migrado para Pje em 02/04/2019. Acórdão negou provimento. Processo transitado em julgado em 10/02/2020.
0054354-04.2014.4.01.3400	15/08/2014	TRF1	Não compensar dias não trabalhados durante os jogos da Copa do Mundo.	Todos os filiados até 2014.	Decisão em 1ª instância procedente. União recorreu, processo no TRF concluído para relatório e voto em 27/02/2019.
0027398-53.2011.4.01.3400	13/05/2011	JFDF Pje	Apresentar judicialmente as reais atribuições legais de todos os servidores administrativos em exercício na RFB.	Todos os filiados lotados ou em exercício na RFB. Ainda não é preciso encaminhar documentos No tempo certo o sindicato informará os documentos necessários	Sentença improcedente, processo remetido ao TRF para julgamento do recurso. Recebido no gab do desembargador em 27/03/2019. Migrado para o Pje em 13/03/2020.
0061095-65.2011.4.01.3400	10/11/2011	TRF1	Incluir nos vencimentos básico dos servidores integrantes no nível auxiliar do PECFAZ os valores consignados nos termos da Lei 11.907/2009. (Incorporação da GAE)	Somente os filiados de nível auxiliar. Documentação e relação dos autores deverá ser consultada junto ao sindicato	Decisão 1ª instância improcedente. Sindicato recorreu. Proc no TRF concluído para relatório e voto em 16/10/2015. Recurso julgado improcedente em 20/11/2019. Recurso especial do sindicato em 07/02/2020.
0003816-87.2012.4.01.3400	24/01/2012	JFDF Pje	Pagamento das verbas decorrentes do desvio de função. (Consultar lista no sindicato)	Somente para filiados que tiveram processos individuais de desvio de função arquivados e com julgamento de mérito. Documentação e relação dos autores deverá ser consultada junto ao sindicato	Decisão 1ª instância improcedente. Sindicato recorreu. Proc no TRF aguardando relatório e voto em 16/10/2015. CONCLUSÃO PARA RELATÓRIO E VOTO em 05/02/2020. Migrado para o Pje em 11/02/2020
2007.34.00.033593-8	15/02/2018	JFDF Pje	Abster-se de impor aos servidores atribuições privativas de auditor fiscal ou privativa da carreira de auditoria da RFB.	Todos os filiados. Ainda não é preciso encaminhar documentos No tempo certo o sindicato informará os documentos necessários	Decisão 1ª instância improcedente. Sindicato recorreu. Proc concluído para relatório e voto no TRF em 16/10/2015. CONCLUSÃO PARA RELATÓRIO E VOTO em 02/03/2016. Migrado para Pje em 10/02/2020.
2008.34.00.030527-4	24/09/2008	JFDF Pje	Abstenha de impor as mesmas atribuições dos servidores administrativos do INSS aos servidores administrativos da SRF / Indenizar por desvio de função. Equiparação salarial	Todos os filiados. Ainda não é preciso encaminhar documentos No tempo certo o sindicato informará os documentos necessários	Decisão 1ª instância improcedente. Sindicato recorreu. Proc no TRF em 12/01/2015. Migrado para o Pje em 18/12/2019.
0034551-06.2012.4.01.3400	09/07/2012	JFDF Pje	Proceder, em observância ao princípio da isonomia, a aglutinação de todos os servidores administrativos do Ministério da Fazenda enquadrados no PECFAZ.	Todos os filiados. Ainda não é preciso encaminhar documentos No tempo certo o sindicato informará os documentos necessários	Decisão 1ª instância improcedente. Sindicato recorreu, processo no TRF em 11/04/2017. Migrado para o Pje em 18/12/2019.
0007715-59.2013.4.01.3400	13/02/2013	JFDF Pje	Manter nos vencimentos dos substituídos o recolhimento do PSS apenas sobre os 50 pontos que eles levarão quando da aposentadoria referente ao pagamento da GDAFAZ.	Somente os filiados até 16.01.2013. Os demais filiados serão acrescentados em nova ação. Relação de autores deverá ser consultada junto ao sindicato.	Decisão 1ª instância improcedente em 10/09/2013. Sindicato recorreu. Proc no TRF em 09/06/2015. Migrado para Pje em 22/01/2020
0036500-31.2013.4.01.3400	08/07/2013	TRF1	Equiparação do vale alimentação com os valores percebidos pelos servidores do TCU.	FILIADOS ATÉ 24.06.2013	Decisão em 1ª instância improcedente sem exame de mérito. Sindicato recorreu, acórdão com provimento parcial. União interpôs RESP e RE. Processo sobrestado, repercussão geral no STF em 23/10/2018.
0048595-98.2010.4.01.3400	14/10/2010	JFDF	Requer inclusão nos vencimentos dos autores o adicional de periculosidade.	Filiados lotados na ALF de Brasília	Decisão em 1ª instância procedente em partes. Juiz decidiu manter a pontuação do recebimento do adicional em 10 até que o perigo permaneça. Proc remetido ao TRF. Recebido no gab em 23/11/2015 .
0032409-92.2013.4.01.3400	14/06/20013	JFDF Pje	PAGAMENTO DOS VALES ALIMENTAÇÃO NO PERÍODO DE 1996 A 2011	Filiados até junho de 2013	Decisão 1ª instância improcedente, alegada a prescrição. Sindicato recorreu, processo no TRF aguardando relatório e voto em 20/04/2018. Migrado para Pje em 11/11/2019. Concluído para decisão em 18/12/2019
0074239-67.2015.4.01.3400	21/12/2015	JFDF Pje	IMPLEMENTAR O ADICIONAL DE FRONTEIRA	Filiados até 21/12/2015	16/01/2017 Sentença c/mérito improcedente.20/03/2017.Processo remetido ao TRF em 14/09/2017. Processo transferido para Pje em 20/02/2020.
0002344-75.2017.4.01.3400	28/09/2017	JFDF Pje	IMPLEMENTAÇÃO EM DEFINITIVO AOS SERVIDORES O DIREITO QUANTO A PERCEPÇÃO DO BÔNUS DE EFICIÊNCIA PREVISTO NA REFERIDA MP	Filiados até 10/02/2016	Decisão 1ª instância improcedente em 28/05/2019.Sindicato recorreu em 06/06/2019. Processo transferido para Pje em 13/12/2019
0064155-41.2014.4.01.3400	15/09/2014	TRF1	INCLUIR NOS VENCIMENTOS DOS AUTORES SUBSTITUÍDOS O ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	Filiados da ALF do aeroporto de Salvador DARCI SALVATIERRA PAZ, Denise Arize Santos, Eullia da Costa Monteiro, Giracina Passos, Noélia Alcântara Araújo, Noemia Silva de Abreu, Manoel Gonçalves	Sentença procedente em partes em 20/04/2017. Processo remetido ao TRF. Concluído para relatório e voto em 29/01/2019
0006849-17.2014.4.01.3400	29/01/2014	TRF1	GARANTIR AOS SUBSTITUÍDOS DA PARTE AUTORA A PERCEPÇÃO INTEGRAL DA GDAFAZ	Filiados aposentados. Verificar grupo no sindicato.	Sentença improcedente, sindicato recorreu. Acórdão julgado em 19/16/2019 dando parcial prosseguimento a apelação. União interpôs recurso Especial em 17/02/2020
1002792-31.2017.4.01.3400	05/05/2017	JFDF Pje	MS EM DESFAVOR DO CORTE DE PONTO DA MOBILIZAÇÃO DE 28/04/2017	Todos os servidores PECFAZ.	Sentença improcedente. Sindicato recorreu, processo concluído para julgamento em 06/04/2019
0726189-09.2017.8.07.0001	15/19/2017	TJDFT Pje	ASSEFAZ - Mudança para o plano esmeralda enfermaria	Filiados que estão na ASSEFAZ	Decisão em 1ª instância improcedente em 19/07/2018. Sindicato recorreu e o processo está em fase de recurso.

1004782-23.2018.4.01.3400	08/03/2018	JFDF Pje	Cobrança da cota-parte dos substituídos do autor referente à assistência pré-escolar.	Consultar lista no sindicato.	Homologação de acordo entre o sindicato e a AGU. 06/01/2020 Juntada de cumprimento de sentença.
1012194-05.2018.4.01.3400	21/06/2018	JFDF Pje	Compensação de horas não trabalhadas durante os jogos de copa do mundo	Filiados ao sindicato.	Processo teve sentença improcedente, sindicato recorreu. Processo remetido para instância superior para julgamento de recurso em 06/04/2020.
1019254-29.2018.4.01.3400	17/19/2018	JFDF Pje	Pagamento de indenização de fronteira no período de férias	Consultar lista no sindicato.	Antecipação de tutela indeferida. Processo concluso para julgamento em 07/01/2019
1031020-45.2019.4.01.3400	09/10/2019	JFDF Pje	Solicita reinclusão do adicional de periculosidade e pagto de retroativos no ano corrente para os servidores de ALF do Rio Grande e Uruguiana/RS e INSP de São Borja/RS	Consultar lista no sindicato.	Processo em fase inicial. Antecipação de tutela indeferida. 18/03/2020 juntada de réplica.
1039956-59.2019.4.01.3400	28/11/2019	JFDF Pje	Adicional de periculosidade para servidores da DRF/ Boa Vista em Roraima	Consultar lista no sindicato.	Processo em fase inicial. Aguardando contestação da União.
1000421-89.2020.4.01.3400	07/01/2020	JFDF Pje	Segunda ação referente a cobrança da cota-parte na assistência pré-escolar.	Consultar lista no sindicato.	Liminar deferida para cessar o desconto da cota parte em 09/01/2020. Processo em fase inicial.
1009863-79.2020.4.01.3400	20/02/2020	JFDF Pje	Esse processo diz respeito ao questionamento sobre a alíquota extraordinária imposta pelo Governo quanto a manutenção do INSS.	Todos os filiados	Processo em fase inicial.
1015875-12.2020.4.01.3400	20/03/2020	JFDF Pje	Esse processo diz respeito ao pedido do sindicato para a adoção de trabalho remoto para os filiados em função da COVID 19, bem como o fechamento do atendimento ao público pela Receita Federal.	Todos os filiados.	Processo em fase inicial, sem decisão liminar.
0708084-76.2020.8.07.0001	16/03/2020	TJDFT Pje	Aumento de plano de saúde 2020 - GEAP	Todos os filiados	Antecipação de tutela indeferida. Processo em fase inicial.